

## Gastos socioambientais e o bônus de Itaipu

A negociação entre Brasil e Paraguai sobre a tarifa de Itaipu foi tema desta coluna em 05/02/2025. Volto ao assunto por conta da recente edição do Decreto nº 12.390/2025. Mas antes convém fazer uma breve recapitulação.

A partir de 2023, com o fim da amortização da dívida para construção de Itaipu, a tarifa da usina embutida na conta de luz deveria ter caído significativamente, tanto para brasileiros quanto para paraguaios. Se os termos do Tratado de Itaipu tivesse sido cumprido, o consumidor brasileiro estaria pagando hoje cerca da metade do que paga pela energia de Itaipu.

Porém, os dois governos preferiram criar despesas “socioambientais”, desvinculadas da missão de Itaipu. Para isso, fixaram uma tarifa muito maior do que seria necessário para cobrir os custos da usina, ao arrepio do que diz o Tratado. O resultado foi um “lucro” em 2024 da ordem de US\$ 1,5 bilhão, a ser dividido em partes iguais, US\$ 750 milhões para cada país. Como cerca de 80% da energia de Itaipu é direcionada para o Brasil, os consumidores brasileiros arcariam com a despesa extra de US\$ 1,2 bilhão e os paraguaios com os remanescentes US\$ 300 milhões.

Todavia esse arranjo causaria aumento da conta de luz dos brasileiros. Para evitar isso, o governo decidiu que Itaipu faria um cashback para os consumidores de eletricidade brasileiros de US\$ 300 milhões, diminuindo igual valor das despesas socioambientais do lado de cá da fronteira. Ou seja, os brasileiros pagariam em suas contas de luz US\$ 900 milhões para gastos com ações socioambientais nos dois lados da fronteira, dos quais US\$ 450 milhões no Brasil, principalmente no Paraná. As ações socioambientais no Paraguai permaneceriam no valor de US\$ 750 milhões (US\$ 450 milhões custeados pelos brasileiros e US\$ 300 milhões pelos paraguaios). Para o Brasil, essa negociação resultou num curioso “pague dois e leve um”.

Não parou por aí. Passados alguns meses, constatou-se que o cashback deveria ter sido de US\$ 420 milhões (e não de US\$ 300 milhões) para manter a conta de luz no patamar atual. Para resolver o problema, o governo poderia ter diminuído ainda mais as despesas socioambientais em território brasileiro. Mas optou por editar o citado decreto, que permite sacar a diferença de US 120 milhões do “bônus de Itaipu”. Trata-se de dinheiro cobrado a mais do consumidor no passado, que deveria ser devolvido no futuro por meio de redução da conta de luz, como aconteceu em janeiro deste ano, com efeito benéfico sobre a inflação. Ou seja, como um mágico, o governo colocou dinheiro no bolso esquerdo do consumidor, tirando do bolso direito do próprio consumidor.

Lamentavelmente Itaipu não é exceção. O governo - Executivo e Legislativo - tem optado por decisões que protegem interesses localizados de pequenos grupos com o sacrifício do interesse coletivo da sociedade. Muitas emendas parlamentares se enquadram nessa descrição.

Há uma exceção que merece reconhecimento: o presidente Lula vetou os “jabutis” inflacionários que lobbies atuando no Congresso inseriram no projeto de lei sobre eólicas offshore. São emendas que, se fossem aprovadas, causariam aumento médio da conta de luz equivalente à bandeira vermelha 2 (a mais cara), por 25 anos. Oxalá o Congresso entenda que a soma de interesses individuais difere do interesse coletivo. E mantenha os vetos presidenciais.

mercado



Aeronave da Voepass no aeroporto de Cascavel (PR) Zanine Fraissat - 16 ago 24 / Folhapress

## Autoridades da aviação veem como mínima possibilidade de Voepass voltar a operar

Companhia diz que retomará voos; para o governo, empresa não conseguirá lidar com dificuldade operacional e falta de confiança

André Borges

BRASÍLIA. Autoridades do setor aéreo veem como mínima a possibilidade de a Voepass Linhas Aéreas voltar a se firmar como uma companhia com operações regulares. Dois integrantes da cúpula do governo afirmaram à Folha, sob reserva, que não acreditam que a empresa vai conseguir vencer os problemas operacionais, financeiros e, principalmente, de confiança dos passageiros, a despeito dos esforços da companhia para retomar os voos paralisados por determinação da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

Para essas autoridades, o desfecho mais provável é o fim das operações da Voepass. Internamente, o governo já iniciou discussões sobre a provável distribuição dos slots que a companhia possui atualmente, ou seja, as autorizações dadas por autoridades aeroportuárias para que a empresa possa pousar ou decolar em um determinado aeroporto, em horário específico.

A Voepass possui seis aeronaves. A operação da companhia incluía 13 localidades com voos comerciais e duas com contratos de fretamento, sendo que a maior parte dos destinos está no interior do país. Esses slots incluem aeroportos considerados valiosos, como Congonhas e Guarulhos, em São Paulo, além de Fernando de Noronha (PE), entre outros.

Mais de 30 mil bilhetes foram afetados pela suspensão. A maioria deles foi adquirida por meio da Latam, com a qual a empresa mantém acordo, permitindo que os passageiros comprem bilhetes diretamente com a Latam para voos operados pela Voepass.

O tema tem sido tratado com discrição pela Anac e pelo Ministério de Portos e Aeroportos, que não comentaram o assunto. A Voepass informou à Folha que "está trabalhando para retomar suas operações o mais breve possível" e que, desde que recebeu a notificação da Anac, iniciou discussões internas para demonstrar a capacidade de garantir todos os níveis de segurança exigidos pela agência reguladora.

"A Voepass ressalta ainda que não há nenhuma determinação em relação aos slots e não comentará especulações", declarou. Além dos problemas de imagem, a companhia acumula dívidas. São pelo menos R\$ 215 milhões em débitos. Por meio de decisão da Justiça em 14 de fevereiro, a empresa conseguiu uma proteção contra o arresto de aeronaves e a cobrança de credores por 60 dias. A empresa culpa a Latam, em parte, pelas dívidas. A Latam não comenta o assunto.

A Voepass é a quarta maior companhia aérea do Brasil em participação de mercado, segundo a Anac. A empresa fica atrás de Azul, Latam e Gol, que detém,

juntas, mais de 99% do mercado.

A Voepass foi fundada em 1995, em Ribeirão Preto (SP), onde sua sede permanece até hoje. Chamava-se Passaredo e mudou de nome em 2019, após uma série de aquisições, acordos e um processo de recuperação judicial. O acordo entre Voepass e Latam, segundo fontes do governo, deve ser encerrado em breve.

Após o acidente aéreo em 9 de agosto de 2024, em Vinhedo (SP), foi implantada uma operação assistida de fiscalização da Anac nas instalações da companhia. Funcionários da agência acompanharam os trabalhos de operação e manutenção da empresa para verificar as condições necessárias à garantia da segurança.

A queda do voo 2283, que fazia a rota entre Cascavel (PR) e Guarulhos (SP), provocou a morte de 62 pessoas.

Em outubro, a Anac exigiu a redução da malha da companhia, o aumento do tempo de solo das aeronaves para manutenção, a troca de administradores e a execução de plano de ações para correção de irregularidades.

De acordo com a Anac, no fim do mês passado, após nova rodada de auditorias, foi identificada a "degradação da eficiência do sistema de gestão da empresa em relação às atividades monitoradas e o descumprimento sistemático das exigências feitas pela agência".

## Gastos socioambientais e o 'bônus de Itaipu'

Governo pôs dinheiro no bolso esquerdo do consumidor e tirou do direito

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Anel, Light, Enersul e Sabesp

A negociação entre Brasil e Paraguai sobre a tarifa de Itaipu foi tema desta coluna em 5/2/2025. Volto ao assunto em razão da recente edição do decreto nº 12.390/2025. Mas antes convém fazer uma breve recapitulação.

A partir de 2023, com o fim da amortização da dívida para a construção de Itaipu, a tarifa da usina embutida na conta de luz deveria ter caído significativamente, tanto para brasileiros quanto para paraguaios. Se os termos do Tratado de Itaipu tivessem sido cumpridos, o consumidor brasileiro estaria pagando hoje cerca da metade do que paga pela energia de Itaipu.

Porém, os dois governos preferiram criar despesas "socioambientais", desvinculadas da missão de Itaipu. Para isso, fixaram uma tarifa muito maior do que seria necessário para cobrir os custos da usina, ao arripio do que diz o tratado. O resultado foi um "lucro", em 2024, da ordem de US\$ 1,5 bilhão, a ser dividido em partes iguais, US\$ 750 milhões para cada país. Como cerca de 80% da energia de Itaipu é direcionada para o Brasil, os consumidores brasileiros arcaiam com a despesa extra de US\$ 1,2 bilhão, e os paraguaios, com os remanescentes US\$ 300 milhões.

Todavia esse arranjo causaria aumento da conta de luz dos brasileiros. Para evitar isso, o governo decidiu que Itaipu faria um cashback para os consumidores de eletricidade brasileiros de US\$ 300 milhões, diminuindo igual valor das despesas socioambientais do lado de cá da fronteira. Ou seja, os brasileiros pagariam, em suas contas de luz, US\$ 900 milhões para gastos com ações socioambientais nos dois lados da fronteira, dos quais US\$ 450 milhões no Brasil, principalmente no Paraná. As ações socioambientais no Paraguai permaneceriam no valor de US\$ 750 milhões (US\$ 450 milhões custeados pelos brasileiros, e US\$ 300 milhões, pelos paraguaios). Para o Brasil, essa negociação resultou num curioso "pague 2, leve 1".

Não parou por aí. Passados alguns meses, constatou-se que o cashback deveria ter sido de US\$ 400 milhões (não de US\$ 300 milhões) a fim de manter a conta de luz no patamar atual. Para resolver o problema, o governo poderia ter diminuído ainda mais as despesas socioambientais em território brasileiro. Mas optou por editar o citado decreto, que permite sacar a diferença de US\$ 120 milhões do "bônus de Itaipu". Trata-se de dinheiro cobrado a mais do consumidor no passado, que deveria ser devolvido no futuro por meio de redução da conta de luz, como aconteceu em janeiro deste ano, com efeito benéfico sobre a inflação. Ou seja, como um mágico, o governo colocou dinheiro no bolso esquerdo do consumidor, tirando do bolso direito do próprio consumidor.

Lamentavelmente, Itaipu não é exceção. O governo — Executivo e Legislativo — tem optado por decisões que protegem interesses localizados de pequenos grupos com o sacrifício do interesse coletivo da sociedade. Muitas emendas parlamentares se enquadram nessa descrição.

Há uma exceção que merece reconhecimento: o presidente Lula vetou os "jabutis" inflacionários que lobbies atuando no Congresso inseriram no projeto de lei sobre eólicas offshore. São emendas que, se fossem aprovadas, causariam aumento médio da conta de luz equivalente à bandeira vermelha 2 (a mais cara), por 25 anos. Oxalá o Congresso entenda que a soma de interesses individuais difere do interesse coletivo. E mantenha os vetos presidenciais.

### colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinícius Torres Freire, Ana Paula Vescovi / Marcos Lisboa / Candido Bracher. SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Guzzolo, Michael Viriato. TER. Michael França / Cecília Machado, Mauro Zafalon. QUA. Bernardo Guimarães / Lorena Hakali, Vinícius Torres Freire, Jerson Kelman. QUI. Cida Bento / Solange Sroux, Vinícius Torres Freire, Rômulo Saraiva. SEX. Brasília Borges, Vinícius Torres Freire. SÁB. Marcos Mendes / Rodrigo Zinini, Laura Müller Machado.